

Carência é maior no Norte e Nordeste

Com características bastante diversas das outras regiões do Brasil, os Estados do Norte e do Centro-Oeste mostram dificuldades bem expressivas na implantação do Suds, parte pela deficiência generalizada do sistema ao longo dos anos, e parte, também, pela falta de uma rede de transporte e comunicações que possam integrar, de forma adequada, os vários municípios. Este quadro foi apontado pelo Secretário Estadual de Saúde do Acre, Wellynton Melo de Souza, que identifica, como pontos falhos no sistema, a falta de recursos humanos (em termos quantitativos e qualitativos), deficiências nas informações prestadas e, ainda assim, a ociosidade da capacidade instalada dos hospitais.

O Secretário critica também a centralização decisória em questões de saúde em seu Estado e — um ponto comum a todos os participantes do encontro — a escassez de recursos. Desde 1979, segundo ele, o maior percentual que a saúde recebeu no Acre foi de 10% do orçamento estadual. Dentro deste quadro, o Inamps é quem mais colabora na dotação das verbas, com uma participação de 70%: dos NCZ\$ 19,3 milhões destinados pelo Inamps para o Estado, 30,9% foram absorvidos pelo pagamento de pessoal e 59% para o custeio da rede.

Na opinião de Souza, as estratégias de implantação do Suds não se consolidaram no Acre até este momento, tanto pela falta de determina-

ção política, quanto pela quebra de compromissos das partes conveniadas. Embora com 95% da assistência hospitalar prestada pela rede pública, o Acre mostra peculiaridades, como o fato de a capital (Rio Branco) não possuir a sua própria Secretaria Municipal de Saúde.

Em Goiás, as deficiências são um pouco menores, mas nem por isso menos preocupantes. Na avaliação da Chefe do Escritório do Inamps no Estado, Olinda de Souza Nunes, falta de tudo para a implantação efetiva do Suds, desde a fiscalização dos serviços prestados, até a conscientização da população do que é oferecido, assim como o estabelecimento de uma política preventiva de saúde.

Percentualmente Goiás é hoje uma das unidades da Federação que mais destina parte de seu orçamento à saúde (15,8%), embora, do total de verbas, 70% sejam consumidos com o pagamento de pessoal. O grosso das destinações, mais uma vez, fica a cargo do Ministério da Previdência e Assistência Social (63%).

Em Goiânia, capital do Estado, o Secretário Municipal de Saúde, Jovair Oliveira Arantes, classifica como boa a harmonia local entre os diversos órgãos responsáveis pela instalação do Suds, apesar dos (mais uma vez) recursos insuficientes, a ponto de a Prefeitura pagar NCZ\$ 800 para um profissional médico de nível superior. A área recebe este ano 2,3% do orçamento da Prefeitura.

Brasília, no entanto, apresenta um quadro diferente dos demais núcleos da região Centro-Oeste. Segundo Hilton Barroso, Secretário Municipal de Saúde, os hospitais públicos prestam assistência a 85% da população. Com uma política diferenciada de valorização do profissional da área — como forma de retê-lo e aprimorá-lo — a Capital investe muito (60% dos recursos destinados ao setor saúde) no pagamento de pessoal e em gratificações, necessárias, conforme Barroso, pela distância média de deslocamento do profissional aos centros de atendimento. Ele recorda que, em certa época, a Fundação Hospitalar de Brasília teve o melhor salário médio do País e que o Distrito Federal ainda contribui pouco para a manutenção do sistema local.